

“Na polícia e nas ruas” de Natal: práticas e representações dos espaços prisionais no
jornal Tribuna do Norte (1968-1969)

Arlan Eloi Leite Silva - UFRN
Mestrando em História e Espaços
Orientador: Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana
email: eloihistoriador@yahoo.com.br

O presente artigo problematiza a prisão inserida numa historiografia social e emergente nas fontes do jornal Tribuna do Norte, no período de 1968 a 1969, em Natal. A prisão é entendida como um espaço social construído historicamente entre práticas e representações. As fontes do jornal impresso são apreendidas como (re)construções desse objeto de pesquisa, que é articulado à cidade e aos sujeitos envolvidos. A principal pergunta é de que maneira a Tribuna do Norte representou, naquele contexto, os espaços prisionais materializados em presos e ações policiais. Esses espaços recebem investimentos materiais e imateriais. As representações espaciais do jornal conformam fronteiras sociais entre grupos marginalizados e sociedade ordeira.

As prisões são espaços complexos envolvendo operações urbanas, agentes do Estado e pessoas passíveis da repressão. Mas esses indivíduos reprimidos também elaboram estratégias de resistência. Será também por meio do jornal que a sociedade, em grande parte, construirá a imagem da prisão. Das pequenas notas até a grande reportagem, a produção jornalística se tornará um instrumento importante de construção do universo da criminalidade e das prisões. É por meio dessas práticas que o leitor-cidadão consegue ver esse mundo socialmente invisível.

O nosso estudo se alinha à problemática de uma história social articulada também aos processos culturais, a fim de entender como determinados grupos, os jornalistas, atuaram na experiência prisional, construindo um elo de mediação entre o preso e a sociedade, bem como nas representações desses espaços e dos sujeitos marginalizados. As percepções do mundo social não produzem discursos neutros, porém criam estratégias e práticas sociais, escolares e políticas, as quais procuram impor uma “autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.”¹

¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p. 17.

A prisão se situa no conjunto de outras instituições que se formaram a partir de uma noção de espaço segregado (o asilo, o hospício, o lazareto etc.). No caso a prisão, era acompanhada de uma supressão dos direitos civis e políticos. Desde o século XIX, na Europa, e um pouco mais tardio no Brasil, o discurso liberal da prisão procurou dar aquele espaço um sentido de regeneração social, possibilitando ao preso, depois de cumprida a pena, seu retorno social. Entretanto, conforme assinalaram alguns dos trabalhos, as prisões na França oitocentista² e no Brasil, por exemplo, tenderam a afirmar seu sentido punitivo e segregador, abandonando completamente qualquer perspectiva de reinserção social. A expansão da imprensa, sobretudo jornalística, procurou dar publicidade à prisão.

No Rio Grande do Norte, o jornal Tribuna do Norte foi fundado em março de 1950 por Aluizio Alves, que era um político em ascensão, como deputado federal, e vinculado ao partido União Democrática Nacional (UDN). Desde 1946, ele esteve envolvido com projetos de assistência social, tendo se tornado popular através do rádio. No mesmo ano da fundação da Tribuna do Norte em Natal, Aluizio já havia participado da criação do jornal Tribuna da Imprensa, no Rio de Janeiro, juntamente com Carlos Lacerda, que era a liderança nacional da UDN.³

Além do mais, o periódico dos Alves se constituiu como uma empresa produzindo edições diariamente. O crescente dos anúncios publicitários e propagandas diversas se tornou um elemento importante no patrocínio desse jornal. Em meados dos anos de 1960, havia uma complexidade de publicações, mormente, comerciais. Até a quarta página, na qual eram postadas as notícias policiais, concorria com algumas propagandas de instituições comerciais do Estado, como veículos automobilísticos e serviços de bancos.

Na década de 1960, Natal era uma cidade em crescimento populacional e expansão imobiliária, além do surgimento de novos bairros, que se constituíam como periféricos. Havia um deslocamento de contingentes de pessoas do interior do Estado para a capital, procurando melhores condições de vida. Nesse período, a cidade apresentava uma população de 162.537 habitantes com percentual de crescimento de

² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 40. ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

³ PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP. Programa de Pós-Graduação em História.

5,7.⁴ Essa ocupação de novos espaços e de forma meio desordenada, a exemplo de Mãe Luiza, construída como uma favela sobre o morro, contribuiu para o agravamento dos problemas urbanos. Dentre outros, a população sofria com problemas de abastecimento de água, de energia elétrica, de transportes e de lixo.⁵

Com relação à organização do periódico e à produção das matérias, Darnton (1990) observou que o jornal não pode ser visto como um repositório em si mesmo, mas como uma coletânea de relatos. Os repórteres tendem a escrever para agradarem aos editores que controlam as recompensas do outro lado da sala. Não há um conceito de público como uma entidade massificada e homogênea. O público é formado por grupos sociais heterogêneos e nem sempre se preocupa em ler o nome de quem escreveu a matéria. Daí a tendência é forçar o jornal a especializar-se a fim de que os repórteres escrevam para públicos específicos.⁶

Sobre a matéria policial, o autor percebeu que “converter um boletim policial num artigo requer uma percepção treinada e um domínio do manejo de imagens padronizadas, [...], que vão despertar uma reação convencional no espírito dos editores e leitores”.⁷ O jornal popular procura desenvolver matérias de “caráter sentimental, moralista, com ares de superioridade” para alcançar o “povo”, que são grupos heterogêneos.⁸ Essas matérias “precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia”. E os estilos de reportagem são diversos variando com o tempo, o lugar e o caráter de cada jornal.⁹

Na segunda metade do século XX, a imprensa, sobretudo a jornalística, se tornou uma força poderosa e em situação crescente.¹⁰ O jornal Tribuna do Norte conseguiu diversificar as matérias nesse período, nas quais as notícias policiais foram postadas diariamente, ao contrário do que acontecia na década de 1950. No entanto, os jornalistas não assinavam a maioria das notícias policiais. Em setembro de 1968, uma matéria sobre a morte de um jovem menor de idade, dentro de uma delegacia distrital, motivou a elaboração de uma reportagem policial (narrando histórico da ocorrência, processo

⁴ SILVA, Wesley Garcia Ribeiro. *Cartografia dos tempos urbanos: representações, cultura e poder na cidade do Natal (década de 1960)*. Natal: EDUFERN, 2011. (Coleção Dissertação e Teses do CCHLA-UFRN).

⁵ *Ibidem*.

⁶ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁷ *Ibidem*, p. 92.

⁸ *Ibidem*, p. 94.

⁹ *Ibidem*, p. 96.

¹⁰ BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à internet*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

jurídico, as partes envolvidas, julgamento e opinião do jornal). Essa reportagem foi assinada pelos repórteres Abmael Moraes e Nathanael Virgínio.¹¹

Na Tribuna do Norte, a construção dos espaços prisionais, categoria defendia no plural tendo em vista o conjunto de prisões existente em Natal naquele período (Casa de Detenção, Delegacia de Roubos, Furtos e Defraudações e Delegacias Distritais de Polícia), se forjou como uma prática. Os sentidos atribuídos a esses espaços de repressão foram narrados pelo periódico e deslocados à opinião pública, ou seja, para um público leitor, o qual era diverso. As práticas culturais de elaboração das notícias policiais, dos crimes na cidade, também eram respaldadas por grupos sociais que interagiam com tais matérias. Há uma impressão de que os repórteres, mesmo sem assinar a maioria das matérias, colhiam as ocorrências policiais nas delegacias ou presídio para depois transformá-las em notícias.

Na cidade, pela narrativa da Tribuna do Norte, os espaços prisionais, onde acontecia a repressão velada dos sujeitos, começavam na movimentação das ruas, dos bares da cidade, das areias da praia da Redinha, das “pensões alegres” (prostíbulos), dos bairros periféricos, a exemplo das Rocas, do patrulhamento das viaturas da Companhia de Rádio Patrulha da Polícia Militar, do policiamento no processo a pé das duplas de “Cosme e Damião”,¹² do trabalho de investigadores circulando pelos pontos estratégicos da urbe, até se consolidarem nas Delegacias Distritais, na carceragem da Delegacia de Roubos, Furtos e Defraudações, bem como nos cubículos da Casa de Detenção, no monte Petrópolis. Assim, os espaços da prisão tinham início na rua e na praia.

“Na polícia e nas ruas”.¹³ No final de 1969, o jornal criou esse título para as notícias policiais da quarta página. Uma frase com poucas palavras e sem muita ostentação, porém bastante significativa em suas entrelinhas. A partir de 13 de dezembro de 1968, o Brasil estava sob o Ato Institucional nº 5 (AI-5), com endurecimento do regime militar e forte repressão nas ruas, nos lugares públicos e também nos lares. Tanto as Forças Armadas quanto as polícias e os investigadores estavam nas ruas como agentes do Estado ditatorial. A rua e a polícia abriam os espaços prisionais. Por outro lado, havia um silêncio sobre as repressões aos possíveis

¹¹ MORAIS, Abmael; VIRGINIO, Nathanael. Quem matou o menor ladrão? *Tribuna do Norte*. Natal, 19 set. 1968, p. 3.

¹² SILVA, Arlan Eloi Leite. *Rádio Patrulha: policiamento ostensivo e tecnologia na cidade de Natal (1965-1970)*. Natal, RN: 2008. 67f. Monografia (Bacharelado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História.

¹³ NA polícia e nas ruas. *Tribuna do Norte*. Natal, 11 dez. 1969, p. 4.

“subversivos” na cidade. Porém, em uma matéria policial, o periódico deixou escapar um vislumbre da situação política e das práticas repressoras advindas do AI-5.

Dessa forma, o jornal colocava que a polícia, detentora da ordem, era contra as desordens. A abordagem seria incisiva e com arbítrio. E, para exemplificar, noticiava a prisão de dois sujeitos que foram acusados de perturbarem a ordem pública. Além do mais, havia uma exposição deles (idade, ocupação e residência). A *Tribuna do Norte*, promovendo uma fronteira dos indivíduos e seus lugares “perigosos” e estabelecendo uma identidade da diferença, acabava por denunciar, sem querer, um problema social. Quem eram esses presos e onde moravam? Quais eram os sentidos atribuídos aos espaços da cidade visitados constantemente pela polícia?

Andou perambulando pelas ruas e mais sem documentos já sabe, a Polícia encana não quer saber nem quem é e, ainda mais quem não tem o que fazer e sai pelas ruas embriagados dizendo pornografias perturbando o sossego das famílias, nessa onda foram os indivíduos, Luiz Bertulio Feitosa, solteiro, com 26 anos de idade, vendedor de peixes, residente à Rua da Floresta, 474, Rocas – Pedro de Oliveira Firmino, casado, com 33 anos de idade, pescador, residente à Rua da Praia em Pititinga e Florivaldo Nogueira, Marinho, casado, 47 anos de idade, pescador, residente à Travessa Bom Jesus, s/n, Brasília Teimosa. Esses desordeiros, quando passavam pela Rua São Sebastião no Bairro das Rocas, [*sic*] foram presos pela Patrulha da 2ª DP, sob o comando do Sargento Adelino, conduzidos para a Delegacia, foram recolhidos ao xadrez e na manhã de hoje, após serem advertidos pelo Delegado, postos em liberdade e ficando ciente de que na próxima poderão ser enviados à casa amarela por desordens contínuas.¹⁴

Eles não eram estudantes ou profissionais liberais realizando protestos nas ruas para serem qualificados como “subversivos”. Contudo, os sujeitos que tinham nome, idade, ocupação e moradia eram pescadores e vendedores de peixe. O jornal estigmatizava-os como “desordeiros” e, ao mesmo tempo, construía uma geografia espacial dos bairros “perigosos”. Rocas, por exemplo, fazia parte dos locais das ocorrências policiais estampadas na quarta página. Brasília Teimosa era um novo espaço de ocupação, ainda como uma favela naquele período, o qual compunha a periferia da cidade.¹⁵ A rua, a polícia, a delegacia distrital, o “xadrez” (nome dado ao espaço celular) e a ameaça da “casa amarela”, que possivelmente era a Casa de Detenção, se constituíam como práticas, instrumentos e espaços materiais e simbólicos de uma ordem forjada pelo Estado ditatorial, com a qual o jornal se articulava. A Colônia Penal Agrícola João Chaves, a penitenciária modelo, localizada do outro lado

¹⁴ POR uma questão de ordem a polícia é contra desordens. *Tribuna do Norte*. Natal, 9 fev. 1969, p. 5.

¹⁵ SILVA, *op. cit.*, 2011.

do Rio Potengi, na Vila de Igapó, havia sido inaugurada em abril de 1968,¹⁶ mas, até o final de 1969, o jornal não noticiou nenhum deslocamento de presos para lá. A Casa de Detenção continuou recebendo os detentos.

“Ontem três subiram para Detenção.”¹⁷ O alto não era sinônimo de lugar positivo e de sociabilidade. A ideia de subir para a prisão, uma vez que o espaço material recebe investimentos simbólicos com significados sociais, era uma forma de dizer que o sujeito deveria ser isolado, segregado e punido. Da abordagem policial na rua, passando pelos trâmites processuais das Delegacias Distritais, o prisioneiro deveria por fim subir para a cadeia, onde uma fronteira o separava da vida social. Os três indivíduos eram classificados pelo jornal como “delinquentes” que haviam praticado o crime de roubo. Uma das prisões foi realizada por dois investigadores das Delegacias de Polícia.

Os espaços prisionais são materializados por diversos sujeitos. Nesse período, a atuação de policiais civis na condição de investigadores também dava forma às prisões na cidade. Esses investigadores realizavam uma espécie de policiamento velado nos pontos estratégicos e “perigosos” da urbe. O tráfico de drogas, sobretudo da maconha, já era um problema de ordem pública, uma vez que o “maconheiro” ficava associado ao crime e aos lugares periféricos, e que representavam uma ameaça à sociedade. Desse modo, o jornal publicava a seguinte matéria: “Mais dois maconheiros subiram para Detenção”.¹⁸ O impresso além de ter construído um discurso de segregação, quando chamou os indivíduos de “maconheiros” e “marginais”, se utilizou também de uma linguagem clichê, ou seja, expressões do cotidiano, das práticas populares, não formais, a fim de explorar um conteúdo sensacionalista,¹⁹ apesar de que a Tribuna do Norte não era um periódico sensacionalista²⁰ como um todo.

Os investigadores, que andavam infiltrados no meio do povo, principalmente em aglomerações públicas, prendiam indivíduos que fumavam maconha nas ruas da cidade.

¹⁶ INAUGURAÇÃO da Colônia Penal. *Tribuna do Norte*. Natal, 28 abr. 1968, p. 8.

¹⁷ ONTEM três subiram para Detenção. *Tribuna do Norte*. Natal, 3 maio 1968, p. 4.

¹⁸ MAIS dois maconheiros subiram para Detenção. *Tribuna do Norte*. Natal, 5 fev. 1969, p. 4.

¹⁹ ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995. (Coleção Novas Buscas em Comunicação, v. 47).

²⁰ Segundo Angrimani Sobrinho (1995, p. 16), sensacionalismo “trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso”. A Tribuna do Norte utilizava-se de uma linguagem sensacionalista principalmente nas notícias policiais, ridicularizando os sujeitos “marginais”, “as mundanas” (prostitutas), “arruaceiros” e “briteiros” (indivíduos embriagados). Esses homens e mulheres, sujeitos de ocupações simples, como pescadores e domésticas, moradores dos bairros periféricos da cidade, eram representados como verdadeiros “espantalhos” para que a sociedade se mantivesse ordeira e se diferenciasse deles.

Os espaços prisionais em Natal estavam articulados às práticas de sujeitos drogados e policiais disfarçados na multidão. Sendo assim, José Moreira Filho, que o jornal lhe concedeu o apelido de “Macaíba”, foi preso pelo investigador Davino (sobrenomes omitidos) quando fumava “uma boa guimba de maconha”. Isso aconteceu na Avenida Circular, praia do Meio, por ocasião da festa de Iemanjá, na virada do ano de 1967 para 1968.²¹ O periódico corroborava com a ideia de que esses tipos de sujeitos “perigosos” deveriam ser retirados das ruas e encerrados na prisão.

Ainda sobre as práticas desses investigadores, (re)construídas pela narrativa do jornal, vemos um problema social gritante naquele contexto. A presença dos sujeitos menores de idade na prisão comum, sofrendo violências e até a morte. A reportagem policial, que foi assinada por dois repórteres, algo raro na Tribuna do Norte, intitulava: “Quem matou o menor ladrão?”.²² O crime ocorreu em 1966 no interior da Delegacia de Roubos, Furtos e Defraudações, tendo como acusado o investigador Geraldo de Souza, porém a reportagem deixou claro que, pelo fato das testemunhas de acusações serem todas “ladrões”, o policial foi absolvido na Justiça. O exame cadavérico, entretanto, comprovou a causa morte por espancamento.

Na praia da Redinha, a prisão também se estendia por lá no controle de pessoas “escandalosas”. Amor e sexo eram elementos importantes da linguagem sensacionalista desse impresso.²³ Além de seduzir a atenção do público leitor, o jornal procurava construir valores morais e traçar fronteiras entre os sujeitos ordeiros e os imorais. E a prisão se tornou o espaço onde deveriam ser punidos e escondidos aqueles que se desviavam da ordem estabelecida por grupos dominantes. Um casal foi preso acusado de transar abertamente nas areias da praia. A narrativa conseguiu se apropriar do namoro do casal ligando-o a valores do movimento *hippie* (filosofia do culto ao prazer livre). O fato sensacional é que o romance virou um caso de polícia e a prisão se tornou um instrumento de “moralização” do casal.²⁴

Em outras matérias, as mulheres apareciam em várias ocorrências. Mulheres ainda jovens, morando em “pensões alegres” (casas de prostituição), empregadas domésticas nos bairros centrais da cidade, ou companheiras de presos da Casa de

²¹ MACONHEIRO preso na Av. Circular. *Tribuna do Norte*. Natal, 3 jan. 1968, p. 4.

²² MORAIS, Abmael; VIRGINIO, Nathanael. Quem matou o menor ladrão? *Tribuna do Norte*. Natal, 19 set. 1968, p. 3.

²³ ANGRIMANI SOBRINHO, *op. cit.*

²⁴ PRIMEIROS presos na Redinha faziam amor em campo aberto. *Tribuna do Norte*. Natal, 3 jan. 1968, p. 4.

Detenção, foram representadas como criminosas ou perturbadoras da ordem pública. Numa fronteira social, construída pelo jornal, as mulheres das colunas sociais, debutantes ou esposas de políticos e empresários eram diferenciadas das mulheres criminosas, como “ladras” e “mundanas”. As senhoras da elite jamais apareciam nas notícias policiais. No entanto, as mulheres que habitavam a periferia, e tinham ocupações simples, vez por outra, quando acusadas de alguma transgressão, visitavam os espaços prisionais.

Maria Enfermeira, “a ladra”, foi levada à Delegacia de Roubos, Furtos e Defraudações acusada de “furtar um rádio portátil e mil cruzeiros novos da residência onde trabalhava no bairro de Tirol”.²⁵ Segundo o jornal, ela estava retornando à prisão porque já tinha sido presa em outra ocasião pelo mesmo tipo de crime, na Casa de Detenção. Outrossim, a doméstica Cleide Soares foi presa, na mesma ocasião de Maria Enfermeira, acusada de furtar “um rádio portátil e vários objetos da casa onde era empregada no bairro de Santos Reis”.²⁶ Cleide também foi acusada de ter cometido outros crimes semelhantes. As duas mulheres, chamadas pelo impresso de “ladras”, foram processadas em inquérito encaminhado à 2ª Vara Criminal.

Noutra situação, Alcira Gomes, apelidada de “Baiana”, e também denominada de “ladra”, foi flagrada levando um pacote de maconha para entregar ao seu “amante” que estava preso na Casa de Detenção. O objeto foi descoberto pela guarda da vigilância do presídio. A mulher foi conduzida à Delegacia de Roubos, Furtos e Defraudações. Foi constatado um comércio de maconha no interior da prisão do qual essa mulher fazia parte. Segundo a matéria, Alcira já tinha várias passagens pela polícia “pela prática de roubos em Natal”. O “amante” de Alcira era “ladrão” que cumpria pena determinada pelo juiz da 2ª Vara Criminal.²⁷

Desse modo, as mulheres participavam do florescente mercado de consumo e venda de drogas, principalmente da maconha. O jornal, sensacionalizando a informação, revelava o surgimento de um novo problema social que era as pessoas envolvidas com drogas. A mulher “maconheira” também era “ladra”, ou seja, não se desvinculava o consumo ou tráfico de drogas com outros crimes na cidade. Além disso, Alcira apresentava um comportamento fora do padrão social, isto é, não era uma senhora casada, mas “amante” de outro “criminoso” da Casa de Detenção. Os espaços prisionais

²⁵ MARIA roubou rádio e o dinheiro do patrão. *Tribuna do Norte*. Natal, 10 out. 1969, p. 4.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ LEVAVA maconha para a Detenção. *Tribuna do Norte*. Natal, 11 dez. 1969, p. 4.

eram, assim, materializados também por mulheres e pela formação de comércio e práticas de drogas em Natal.

Esses sujeitos, estigmatizados²⁸, segregados e ridicularizados pelo jornal, desenvolveram resistências e práticas transgressoras na prisão. Por exemplo, a mulher que levava maconha para a Casa de Detenção, o preso que traficava drogas da rua para o interior do presídio e conseguia fumar maconha no banheiro, bem como a fuga de dois “pistoleiros”, apelidados de “Chico Roçadeira” e “Mundico”, quando cerraram as grades de sua cela número 16, da Casa de Detenção.²⁹ Isso foram informações que se sobressaíram das notícias policiais, indicando que os presos concebiam espaços próprios de convivência, resistência e transgressão. Os espaços prisionais tinham rostos, nomes e lugares de origem. A Tribuna do Norte, no final de 1969, adicionava ilustrações, espécie de desenhos, de algumas notícias policiais. Sem falar que, dependendo do preso a ser noticiado, a fotografia do indivíduo por trás das grades era publicada. O detento Abel Vieira, por exemplo, acusado de roubos de carro, foi um dos fotografados na carceragem da Casa de Detenção.³⁰

Em suma, a prisão se destinava aos grupos sociais marginalizados, aos trabalhadores dos bairros suburbanos, que fugiam do perfil do operário ordeiro e não subversivo. Homens simples, sendo alguns deles pescadores e comerciários, mulheres domésticas e mulheres “mundanas”, assim como jovens menores de idade, eram os potenciais candidatos a serem levados à viatura de polícia, aos flagrantes dos investigadores de rua, aos interrogatórios realizados nas Delegacias Distritais ou a subirem, repressivamente, à Casa de Detenção. Por outro lado, esses “José” e “Marias” também conseguiam jogar com as circunstâncias e estratégias do poder. As páginas policiais se tornavam os únicos espaços para eles aparecerem. Sendo assim, percebemos que são os pequenos momentos de contravenções ou crimes individuais que dão visibilidade ao homem ou a mulher comum.³¹ O jornal (re)construía esses espaços da exclusão, invisíveis, para a sociedade.

²⁸ Sobre estigmatização de presos e formas de sociabilidade desenvolvidas por eles no interior da prisão, conferir GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

²⁹ PISTOLEIROS fogem da Detenção e deixam a polícia sem pistas. *Tribuna do Norte*. Natal, 30 mar. 1969, p. 4.

³⁰ ABEL na Detenção. *Tribuna do Norte*. Natal, 2 fev. 1968, p. 4.

³¹ BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Referências:

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995. (Coleção Novas Buscas em Comunicação, v. 47).

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutemberg à internet. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 40. ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. **Criar ilhas de sanidade**: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966). São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP. Programa de Pós-Graduação em História.

SILVA, Arlan Eloi Leite. **Rádio Patrulha**: policiamento ostensivo e tecnologia na cidade de Natal (1965-1970). Natal, RN: 2008. 67f. Monografia (Bacharelado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História.

SILVA, Wesley Garcia Ribeiro. **Cartografia dos tempos urbanos**: representações, cultura e poder na cidade do Natal (década de 1960). Natal: EDUFRN, 2011. (Coleção Dissertação e Teses do CCHLA-UFRN).